

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR NA FEF/UFG

Renata Linhares
Rosirene Campelo dos Santos

RESUMO

Este trabalho trata de um relato de experiência que busca identificar e analisar a organização do Estágio Curricular Supervisionado do curso de licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás FEF/UFG na Educação Infantil. O objetivo é de compartilhar o processo da prática de ensino, a orientação teórico metodológico com enfoque na investigação e intervenção na Educação Infantil, refletindo a formação inicial de professores.

Palavras Chaves: Formação de professores, Educação Física e Educação Infantil.

ABSTRACT

This work treats of an experience report that search to identify and analyze the organization of the Supervised Curricular Period of the Physical Education degree course on the Physical Education College of the Federal University of Goiás FEF/UFG on the Childhood Education. The objective is to share the teaching practice process, the theorist-methodological orientation with focus on the investigation and intervention on the Childhood Education, thinking about the teacher's initial formation.

Keywords: Teachers formations, Physical Education and Childhood Education.

RESUMEN

Esto trabajo se refiere a un relato de experiencia que busca identificar y analizar la organización de la Práctica Curricular Supervisionado del curso de licenciatura en Educación Física de la Universidad Federal de Goiás (FEF/UFG), en educación infantil. El objetivo es compartir el proceso de la práctica de enseñanza, la orientación teórico-metodológico con enfoque en la investigación y intervención en la Educación Infantil, reflexionando la formación inicial de profesores.

Palabras Claves: Educación Infantil, Formación de profesores, Educación Física.

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste texto decorrem da experiência da organização do Estágio Curricular Supervisionado do curso de licenciatura da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás FEF/UFG na Educação Infantil, em especial na Creche da UFG. Onde buscamos enfatizar o processo de orientação teórico metodológico que o Estágio vem desenvolvendo na formação de professor, tendo a Educação Infantil como o campo de investigação e intervenção dos acadêmicos em formação.

Este relato se constitui em um importante meio para apresentarmos o processo da prática de estágio do curso de licenciatura em Educação Física, bem como a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Isso se justifica pela permanente preocupação com a formação de professores, pela troca de experiências entre professores que lidam cotidianamente com esse desafio de pensar o estágio enquanto espaço privilegiado no currículo de articulação teórico/prática e pela necessidade de sistematização das contribuições da Educação Física na Educação Infantil.

Esse estudo baseou-se nas experiências que ocorreram nos anos letivos de 2007 e 2008, as disciplinas de “Estágio Curricular Supervisionado¹” e “Didática e Prática de Ensino²”, componentes curriculares dos últimos dois anos do Curso de Educação Física da FEF/UFG, que foram desenvolvidas na Creche/UFG. Em 2007 foi à primeira experiência de Estágio Curricular Supervisionado da FEF/UFG no campo da Educação Infantil, portanto um desafio novo de construir um currículo que conseguisse dialogar com esse campo de investigação e intervenção da Educação Física na Universidade Federal de Goiás. Sendo assim, este estudo surge da necessidade pedagógica em se avaliar o processo que se desenvolveu neste período. Em 2009 a intervenção no campo da educação infantil foi interrompida devido à reforma no prédio da Creche/UFG.

ORIENTAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS DO ESTÁGIO

A disciplina Estágio Curricular Supervisionado do curso de licenciatura da FEF/UFG deve ser compreendida como uma atividade que privilegia o diálogo crítico com a realidade, articulando ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim configura-se num espaço formativo que envolve discussão e experiências em diferentes dimensões do ensino, como mostra o projeto político da FEF a sua política de estágio.

O estágio será um espaço curricular de experiência, estudo e reflexão da gestão, organização, planejamento, intervenção pedagógica, pesquisa educacional, prática teórico-reflexiva da profissão docente, tendo como ponto de partida os limites e possibilidades postos pela realidade social para a área de Educação Física no contexto da educação. (UFG/FEF/PPP, 2006, p.23).

Assinala-se ainda de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2006) que a política do Estágio tem a finalidade de viabilizar e avaliar a unidade teoria e prática, a interação entre os componentes curriculares, a prática pedagógica desenvolvida nos campos de estágio e a articulação da FEF com as redes de ensino.

Devemos considerar que o desafio de materializar a unidade teoria-prática é um projeto que deve permear todo o currículo de formação de professores, mas no Estágio

¹ “Estágio Curricular Supervisionado” é disciplina anual oferecida a partir da nova grade curricular 2006 dividindo às 400 horas em duas disciplinas “Estágio Curricular Supervisionado I” nos 5º e 6º período e o “Estágio Curricular Supervisionado II” disciplina oferecida nos 7º e 8º período.

² “Didática e Prática de Ensino” era a disciplina anual na grade Curricular 1997 com carga horária de 256 horas, oferecia durante o último ano do currículo em 2007.

Curricular Supervisionado temos o compromisso de articular com maior profundidade a relação entre a universidade e a escola, sem dicotomizar o conhecimento acadêmico e o conhecimento prático.

Contudo, a compreensão e materialização da relação teoria-prática é uma luta constante contra os discursos do senso comum que ainda, de forma cartesiana, tentam separá-las como sendo instâncias distintas. Nesse sentido, é necessário o entendimento da práxis, enquanto “atividade teórico-prática; ou seja, tem um lado ideal, teórico e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro.” (VÀZQUEZ, 1977, p.241)

Diante dessa ótica a disciplina Estágio Curricular Supervisionado é norteadada pela Resolução 002/2006 FEF/UFG que estabelece princípios para a organização do Estágio.

[...] a formação cultural e ética para o exercício da cidadania; a inserção crítica na profissão, que possibilite criticar, inovar, bem como lidar com a diversidade; a qualificação para o trabalho e a autonomia intelectual; a unidade teoria/prática, tanto na produção do conhecimento quanto na organização do saber; o trabalho coletivo; a pesquisa como dimensão da formação docente, meio de produção de conhecimento e intervenção na prática pedagógica e social; o compromisso social e político do profissional da educação junto aos demais educadores; e a formação inicial articulada com a formação continuada.(UFG/FEF/Resolução 002/2006, 2006, p.1)

O coletivo de professores que ministram a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na FEF/UFG compõem o NUDIPE - Núcleo de Didática e Prática de Ensino, onde as atividades desenvolvidas vêm sendo construídas e sistematizadas de acordo com uma perspectiva crítica da educação e sociedade. Apesar das dificuldades advindas do cenário político e também do cotidiano do trabalho, a construção coletiva é um princípio que orienta a organização do trabalho do Núcleo. A sistemática do trabalho vem possibilitando a implementação de uma intervenção político-pedagógica na formação dos professores de Educação Física.

A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado tem como objetivo geral: identificar e compreender a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) da escola e da disciplina educação física propiciando a intervenção investigativa, relacionando-a com possibilidades de novas formas de ação.

O ponto de partida para materializar esse objetivo é a preparação dos/as estagiários/as para o exercício de “investigar as problemáticas significativas da organização geral da escola e da educação física, visando apreender e intervir na realidade da escola-campo por meio da compreensão, descrição e análise crítica do cotidiano escolar”. (UFG/FEF/Resolução 002/2006, 2006, p.1). Para tanto, busca referenciais teóricos que compreendam a Organização do Trabalho Pedagógico num contexto amplo e restrito (Freitas, 2006), o estudo sobre as teorias educacionais críticas, tanto no campo dos fundamentos histórico filosóficos (Saviani, 2007, 2008) como no campo da Educação Física.

Assumir no Estágio uma perspectiva de trabalho pedagógico fundamentado na Pedagogia Histórico Crítica significa formar sujeitos críticos com capacidade de articular a ação educacional com a transformação da sociedade.

O Estágio é uma atividade que permite aos acadêmicos/as compreender a Escola Pública. A partir da pesquisa no campo que irão atuar é preciso reconhecer a realidade, levantar questionamentos, desenvolver uma atitude investigativa para que consiga não só compreender os elementos contraditórios presentes na escola mas também intervir neles.

A coleta de dados da realidade do campo de estágio, através da pesquisa do tipo etnográfica, que objetiva diagnosticar em seus aspectos sócio-econômico, estrutura física e material, análise do Projeto Político Pedagógico e documentos da instituição, bem como observar a organização e funcionamento administrativo-pedagógico como o objetivo de compreender, descrever e analisar o cotidiano.

A elaboração do projeto de ensino, a partir da problematização das situações identificadas no campo e analisadas de acordo com o referencial teórico é o desafio que o estagiário encontra. A elaboração do projeto de intervenção implica preparação teórica, em especial a respeito de conhecimentos básicos das teóricas educacionais e da Educação Física.

Essa atitude investigativa permite aos estagiários a construção de intervenção no campo de acordo não somente com os referenciais teóricos críticos, mas também com a realidade do mesmo. O desenvolvimento do projeto de ensino ocorre através da intervenção dos estagiários, preferencialmente em duplas, de acordo com os princípios teóricos metodológicos estudados e com a realidade do campo.

Após o término das regências, buscando auxiliar o estagiário no seu processo de sistematização e reflexão sobre o trabalho pedagógico é preciso refletir. A construção de um relatório final de estágio, que deve contemplar todo o processo desenvolvido na disciplina, com destaque para apresentação e análise dos dados, sistematização do plano de ensino juntamente com os relatos diários. Contribuindo para a reflexão ocorre ainda o seminário final de avaliação da intervenção pedagógica no campo de estágio.

A confecção do relatório final deverá conter a sistematização da reflexão sobre a experiência e leituras realizadas, avaliação dos objetivos da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado. Portanto, deverá ser materializada em um portfólio que conterá também toda a produção realizada durante a disciplina: análise do projeto político pedagógico, relatórios da pesquisa sobre OTP da escola/creche campo, diagnóstico da turma, seqüenciador de aulas, relatórios.

Os resultados das atividades do estágio são socializadas e discutidas não apenas no meio acadêmico, mas com as instituições envolvidas com o estágio, em forma de seminário no final do ano, quando são evidenciadas as problemáticas e possibilidades de superação das mesmas. A compreensão da realidade e as contribuições de todo o processo vivenciados no Estágio contribuem não apenas com a construção pessoal e coletiva da formação docente, mas também com a reflexão da escola/creche campo.

Tanto o Estágio Curricular Supervisionado I como o Estágio Curricular Supervisionado II partem dos mesmos objetivos, diferenciando que o segundo ocorre um aprofundamento nas questões da Educação Física. Com um tempo maior de regência nesta segunda experiência do Estágio é possível aos estagiários não apenas apropriarem da realidade, mas pensar e refletir as problemáticas e sugerir soluções, a partir de uma releitura de sua prática baseada na ação – reflexão – ação.

Contudo, podemos perceber a construção teórico-metodológica tem um discurso para a Escola bem estruturado. Como fazer para introduzir a Educação Infantil nesse

currículo da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado? Quais conhecimentos seriam necessários para se atuar na Educação Infantil? O currículo da FEF/UFG privilegia em algum momento tais conhecimentos?

Estava colocado o desafio de construir a investigação e intervenção da Educação Física na Creche da UFG. Portanto, pensar na Educação Infantil era uma demanda para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A proposta metodológica do Estágio Curricular obrigatório da FEF/UFG se configura como componente curricular, de caráter teórico-prático, cuja especificidade é proporcionar o contato efetivo do estagiário com a escola campo, *locus* do futuro exercício profissional.

Contextualizar a Educação Infantil enquanto novo campo de intervenção do Estágio Curricular da FEF/UFG, como dissemos no início do texto, a partir de 2007, é também fazer um debate sobre o papel da Universidade. O papel da Educação está cada vez mais longe da formação humana, e mais próximo de princípios capitalistas. O mercado de trabalho apresenta demandas para o sistema educacional que são forças capazes de orientar os cursos de formação de professores.

O mercado de trabalho, na sua forma apologética, opera apenas como um parâmetro de referência no qual se pode vender força de trabalho. Nessa lógica, à classe trabalhadora só resta procurar melhores nichos desse mercado, como num jogo de gato e rato. No entanto, o trabalho ali por ela empregado, em sua forma alienada, só lhe traz fruto para continuar reproduzindo sua própria força de trabalho para o capital. Assim, circunscrevemos nossa análise em torno simplesmente do que o mercado de trabalho significa, sobretudo nos limitaremos à interrogação de qual é a atividade, seja no interior da Educação Física, seja em qualquer outra área, onde o capital demanda mais trabalhadores para este momento e, conseqüentemente, para onde devemos destinar a formação profissional. (NOZAKI, 2005, p. 13)

Mesmo sem ser a finalidade desse artigo, não podemos deixar de explicitar uma das contradições que vivemos com o Estágio Curricular Supervisionado de Educação Física na Educação Infantil a respeito da demanda desse profissional no mundo do trabalho. Atualmente não existe a possibilidade do professor de Educação Física atuar na Educação Infantil na Rede Pública de Goiânia. De acordo com as diretrizes organizacionais da Secretaria Municipal de Educação SME não é permitido professor de nenhuma área, além dos pedagogos, atuar na Educação Infantil, mesmo estes tendo algum curso de especialização na área.

Compreendemos que esse debate é muito mais político do que acadêmico. Não se trata de questionar as contribuições que a Educação Física pode ter na Educação Infantil, mas de diminuir o investimento. Na pesquisa “Nos meandros da Educação Física na Educação Infantil: o direito das crianças versus as decisões políticas de uma gestão” realizada por Calixto (2008) a autora constata que existe uma ausência do

professor de Educação Física nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) de Goiânia. No trabalho são apresentadas as justificativas da Secretaria Municipal de Educação (SME) para a retirada dos professores de Educação Física:

[...] somente os pedagogos são habilitados a trabalhar na educação infantil; existe uma necessidade de vínculo entre a criança e o professor nesta fase, afirmando pela unicodência; fragmentação do conhecimento; e por fim o fator custo, onde segundo a Secretaria Municipal de Educação ficaria muito oneroso para o município permitir a presença de diversos professores especialistas em CMEI's. (CALIXTO, 2008, pp. 53-54)

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 já assegura a Educação Física em creches e pré-escolas quando esclarece no artigo 26 inciso 3, que “A educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica.” E também diferentes publicações na área vem demonstrando como que a Educação Física pode contribuir com a Educação Infantil: Oliveira (2001), Sayão (1997, 2001, 2002), Debortoli, Linhales, & Vago (2001), Torres & Antônio (1997), Debortoli & Borges (1997), Maurer (1997), Silva (2005), Garanhani (2001/2002).

Desta forma, concordamos com Oliveira, que:

[...] só o fato de estar prevista em lei não é garantia de sua inserção curricular, devido às próprias condições objetivas de trabalho em creches e pré-escolas, especialmente na rede pública. Além dos problemas frente às condições estruturais, a formação em Educação Física, de uma maneira geral, não tem dado conta de um professor competente para trabalhar com a criança de zero a seis anos. (2001, p. 1)

Precisamos envolver a Educação Física nesse debate que é muito mais uma disputa política que a conjuntura nos coloca do que acadêmica. Qualificar o professor de Educação Física que irá trabalhar com a Educação Infantil é um dos primeiros passos para o fortalecimento dos debates e discussões para garantir o que está previsto na lei.

Sendo assim, é de suma importância discutirmos o currículo da FEF/UFG no que se refere a algumas disciplinas tais como: “Sujeito e Aprendizagem”, “Psicologia” e “Jogos e Brincadeiras”, que poderiam contribuir com a discussão da Educação Infantil, já que estas discutem a aprendizagem e desenvolvimento humano. Mas também questionamos será que outras disciplinas não podem fazer intersecção com a Educação Infantil? Se o currículo possibilitasse aos acadêmicos ter um olhar mais elaborado para as questões que são pertinentes ao universo infantil, minimizaria as dificuldades e as resistências dos mesmos em realizarem o estágio nas creches e pré-escolas.

Compreender a forma como o sujeito aprende e o processo de desenvolvimento humano são questões fundamentais para trabalhar na educação infantil. Se a formação dos professores conseguir garantir essa discussão, será um grande passo para a qualificação do trabalho pedagógico dos professores que atuarão na educação infantil, contribuindo para a construção de um novo cenário na materialização dos direitos das crianças.

Porém, para alguns acadêmicos o desafio é ainda maior, já que os saberes que devem ser mobilizados para planejar a prática pedagógica são saberes próprios da infância. Concepção de infância, criança, educação, educação infantil, desenvolvimento humano e sociedade, entre outras categorias, deverão ser compreendidas historicamente, além de serem apropriados pelos estagiários e materializados em seu plano de ensino e na prática pedagógica.

Desta maneira, é preciso ter clareza de que para atuar na educação infantil necessário se faz relacionar todas as dimensões que envolvem o educar e cuidar, que cotidianamente não fazem parte das discussões acadêmicas das demais disciplinas do currículo dos cursos de licenciaturas em educação física.

Frente a isto, acreditamos que ao permitir aos acadêmicos de educação física pensar, planejar e atuar na educação infantil é fornecer a estes subsídios que são de suma importância tanto para sua formação inicial, como permitir uma experiência e saberes diferenciados daqueles encontrados na escola.

Referente a esses saberes concordamos com Tardif quando afirma que,

O saber docente se compõe, na verdade, de vários saberes provenientes de diferentes fontes. Esses saberes são os saberes disciplinares, curriculares, profissionais (incluindo os das ciências da educação e da pedagogia) e experiências (2002, p. 33).

Sendo assim, atuar na educação infantil é pensar todas as dimensões do saber para além dos saberes provenientes da educação física nossa área de conhecimento específico. É também pensar nas especificidades teórico-metodológicas que envolvem a prática pedagógica que acontecem no contexto da educação infantil.

Portanto, para que o Estágio Curricular Supervisionado possibilite uma aprendizagem significativa, é preciso que estabeleça relações da atuação docente com as experiências dos acadêmicos.

Porém quando se trata da Educação Infantil temos que tomar cuidado para que as experiências vivenciadas nos cuidados das crianças que pertencem ao círculo familiar não se tornem o principal referencial para a construção da prática pedagógica. Que durante muito tempo foi pautada por uma atuação leiga. Como enfatiza Oliveira, “esse modelo familiar/materno de cuidado e educação de crianças pequenas, portanto, nega a exigência de profissionalização. Basta a transposição de competências maternas para orientar o trabalho com o grupo de crianças...” (2007 p. 24).

Desta forma, acreditamos assim como Oliveira (2007), que a formação para atuar na educação infantil envolve outras dimensões que vão além dos cuidados alimentares, higiênicos e emocionais. O profissional deverá envolver-se constantemente com discussões, debates, cursos que lhe permita pensar, refletir e modificar sua atuação.

Sabemos que mudanças têm ocorrido nas propostas em relação à construção do saber na Infância e conseqüentemente na prática pedagógica do profissional que atua nesse campo.

Não vamos aprofundar nesse trabalho sobre a história da Educação Infantil, pois além de não ser nosso objetivo acreditamos que tanto Oliveira (2007) como Kramer (2003) escreveram sobre isso com maior propriedade. Porém, compreender parte da trajetória da educação infantil no Brasil, nos cursos de formação de professores, é necessário para entendermos a intencionalidade do trabalho educativo no ambiente com crianças tão pequenas.

O recorte que vamos fazer é a partir da década de 1980 por ser um momento histórico de democratização do país e de construção de pedagogias críticas que influenciaram tanto a Educação Infantil como a Educação Física.

Iniciou a intensificação do debate em torno das instituições de educação infantil, do qual começava-se a delinear os princípios para a construção de uma proposta pedagógica que não tivessem caráter assistencialista. Outra concepção precisa ser formulada contrapondo-se a essa concepção que valoriza apenas os “cuidados” com a criança. Era necessário uma preocupação em oferecer também uma educação infantil que permitisse trabalhar as dimensões (físico, emocional, motor, intelectual, social, entre outras) que estão para além do “cuidar”.

A partir de então, constata-se que a educação infantil começa a ser pensada, dentro de outros padrões. De acordo com estudos de Pinto (2002) sobre os documentos legais observa-se que a Educação Infantil alcançou certos avanços no cenário nacional. Mas não podemos ser ingênuos e acreditar que as razões para isso sejam apenas a preocupação em defender os direitos das crianças. O mundo do trabalho e as modificações das propostas pedagógicas têm grande influência em tais mudanças.

Um dos documentos que é considerado marco na afirmação dos direitos da criança é a Constituição Federal de 1988, principalmente em seu capítulo III, art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de: atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Frente a tal determinação há um aumento significativo de creches e pré-escolas, fazendo-se necessário também investir na formação de professores para atuarem em nestas instituições.

Com a promulgação da nova Constituição Federal, iniciam-se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que somente foi sancionada em 1996. Vejamos o que diz a (lei 9.394/96, art. 29),

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A integração de creches e pré-escolas na Educação Básica amplia-se o debate sobre uma proposta pedagógica que contribua intencionalmente para o desenvolvimento integral da criança, de acordo com Oliveira (2007).

Outro documento que não podemos deixar de citar é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que também contribuiu para ampliar a visão de criança como sujeito de direitos. O ECA também afirmou que é dever o Estado assegurar o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas.

Em 1998 é aprovada Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNei), documento este que deve nortear as propostas curriculares e dos projetos políticos-pedagógicos das instituições de educação infantil. E neste mesmo ano são aprovados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNei) que irão trazer um conjunto de orientações e referências pedagógicas.

As contribuições para a educação infantil presentes no Referencial Curricular Nacional são significativas, mas vamos destacar a discussão entre educar e cuidar enquanto elementos indissociáveis na educação infantil, por considerar que tais ações se complementam.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil/1, (1998, p. 23)

[...] educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Este documento possibilita compreender a educação infantil e, portanto, a infância como um momento único para o desenvolvimento integral da criança, onde as instituições encarregadas pela educação infantil, devem pensar os tempos e espaços das creches para favorecer o cuidar e educar de forma ampla e responsável. Porém, como afirmam vários autores, é preciso investir na formação de professores com qualidade para que isso possa se efetivar.

A concretização do direito de uma educação infantil de qualidade demanda o desenvolvimento de uma política de formação e a valorização do profissional que atua nessa área, estimulando inclusive o desenvolvimento de ações educativas e a produção científica nessa área, produção na qual devem participar os profissionais que a consolidarão cotidianamente. (DEBORTOLLI e BORGES, 1997 p.276)

Embora saibamos que os dispositivos legais não são suficientes para tornarem realidade, acreditamos que todas estas políticas ampliam os direitos das crianças no cenário da sociedade brasileira. A concepção de criança como um sujeito histórico e social, que possui e está inserida dentro de uma determinada cultura, somente poderão ser efetivadas mediante ao compromisso ético e profissional. E estes só acontecerão através de uma formação e valorização profissional. Um desafio a ser construído, portanto, em todos os cursos de formação de professores que irão atuar na Educação Infantil, é a materialização de práticas pedagógicas que concebam essa concepção de criança.

É pensando nesta formação profissional inicial, que a disciplina de Estágio Supervisionado da FEF/UFG, se propôs a realizar durante os anos de 2007 e 2008, bem como garantir a discussão da educação física na educação infantil.

Para fazer esse debate trazemos a discussão que mesmo a Educação Física sendo considerada obrigatória na Educação Infantil, a partir do artigo 26 inciso 3 da LDB 9394/96, não se concretiza na prática.

Para contribuir com essa reflexão precisamos compreender as décadas de 1980 e 1990 também como momentos importantes onde às propostas críticas de educação física foram pensadas e elaboradas. Nesse contexto, ainda não tinha sido aprovada a nova LDB que compreende a Educação Infantil como componente da

Educação Básica. As especificidades da educação infantil não foram contempladas nas propostas de atuação do professor de Educação Física.

Não existe uma Educação Física Infantil voltada pra as características de aprendizagem e desenvolvimento desta faixa etária, problematizando as interfaces em torno do conhecimento da criança, das pedagógicas e das políticas que aproximam ou distanciam estes campos do saber. (SAYAO, 1997, p 262)

Dessa maneira as produções de Educação Física na Educação Infantil precisam ser feitas e socializadas na área. Pensar na materialização de uma Educação Física que vá além de práticas de recreação, ou da psicomotricidade, ou mesmo do desenvolvimento motor.

Desta maneira experiências como a de Pernambuco, relatada por Silva (2005), que discutem a cultura corporal e a perspectiva histórico-cultural, materializam uma das possibilidades da Educação Física na Educação Infantil que precisam ser debatidas. A presente proposta de Educação Física trata os elementos da cultura corporal enquanto conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Neste mesmo sentido, Soares também nos afirma que:

A Educação Física na educação infantil possibilita à criança a descoberta, o conhecimento e a vivência desta forma de expressão e linguagem: o movimentar-se. Portanto, a disciplina contribui na formação humana integral e plena da criança por meio de seus conteúdos específicos. Vale lembrar que pensar a infância como tempo de direitos significa reconhecer que a criança tem o direito às vivências, às experiências e ao conhecimento em suas muitas dimensões. (SOARES, 2002, p.23)

No Estágio Curricular Supervisionado buscamos discutir, tratar e incentivar nossos estagiários a buscarem alternativas diversas, tendo como referencial a cultura corporal, pois acreditamos que ao tratar dos elementos da cultura corporal na educação infantil estaríamos possibilitando as crianças terem um leque de vivências que são de fundamental importância para o seu desenvolvimento integral, pois nesta concepção de educação física o professor deve se colocar sempre como o mediador do debate, aquele que questiona e que possibilita as crianças se envolverem, vivenciarem e experimentarem um universo de práticas corporais, pensadas e planejadas de acordo com cada grupo de criança.

No decorrer do Estágio Curricular Supervisionado, nos deparamos com as angústias, anseios e questionamentos pelos estagiários que traziam reflexões acerca de suas dificuldades em torno da organização do trabalho pedagógico e especificamente sobre a prática pedagógica. Dentre algumas dificuldades podemos ressaltar:

- Pensar, atuar e planejar intencionalmente principalmente para as crianças do berçário e grupo I;
- Trabalhar com a interdisciplinaridade de forma coerente e precisa;
- Articular a Cultura Corporal com a especificidade da Educação Infantil;
- Pensar a avaliação na Educação Infantil.

Estas foram algumas das principais dificuldades apontadas pelos estagiários, sendo próprias e emergentes do contato inicial de uma realidade até então desconhecida por eles, onde muitos pensavam ser um lugar apenas voltado para o cuidar. Outros dilemas podem ser atribuídos ao próprio currículo do curso de licenciatura da FEF/UFG, que não privilegia a discussão da educação infantil. Além do que já dissemos sobre as instituições de educação infantil na cidade de Goiânia de ainda não garantir de fato a atuação do professor de educação física nestas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar as ações didáticas e pedagógicas relacionadas com a Prática de Ensino, focalizando o Estágio Curricular Supervisionado da Educação Física na Educação Infantil, pode-se considerar que esse espaço contribui com a formação de professores críticos. Compreender o Estágio como um momento de sínteses na formação de professores, em que diferentes conhecimentos se articulam para embasar a práxis pedagógica dos acadêmicos, favorece a estes subsídios necessários para pensarem e atuarem como futuros profissionais.

Dessa forma, concordamos com Silva, Aroeira e Mello (2005) quando discutem “o papel do estágio supervisionado no processo de formação inicial do professor de educação física” e afirmam que os sujeitos envolvidos nesse processo precisam adotar uma “postura pedagógica crítica e investigativa que rompa com a ideia de saberes cristalizados serão empregados de forma mecânica nas múltiplas situações de ensino.” p. 177.

A investigação e intervenção no campo da educação infantil, além de permitir aos acadêmicos entender as especificidades dessa faixa etária, possibilita a identificação dos diversos saberes que ocorrem nesta instituição. A atuação na creche contribui para a construção de uma Educação Física que consiga reconhecer as características da cultura infantil que vão sendo apropriadas e reelaboradas no decorrer do processo ensino-aprendizagem, pelos estagiários.

Assim, pensar a educação infantil é reconhecer a infância como um tempo de direitos e, portanto, exige fazer reflexões, estudos e questionamentos constantes. E na Educação Física é um tema que só recentemente vem tendo relevância na formação dos professores.

Cabe ressaltar que a construção de uma educação física infantil não é tarefa exclusiva da disciplina de Estágio. Os cursos de formação em educação física, bem como os pesquisadores da área, têm uma importante tarefa de construção de uma metodologia sistematizada para a atuação destes professores nas creches e pré-escolas.

As experiências desenvolvidas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado da Educação Física na Educação Infantil na FEF/UFG, em 2007 e 2008, foram sistematizadas nos portfólios dos acadêmicos, têm demonstrado possibilidade de intervenções com referencia na cultura corporal e na concepção histórico cultural. Conseguem, portanto, trazer contribuições que apontam para a viabilidade de um currículo de formação de professores de educação física que articule com a educação infantil, dentro de uma perspectiva crítica. Para isso, é de suma importância dar continuidade ao trabalho iniciado em 2007 e 2008 na Creche/UFG.

Diante deste cenário, reafirmamos a importância da Educação Física na educação infantil como área de conhecimento que vem contribuindo de maneira significativa com os elementos da cultura corporal de forma educativa e pedagógica.

Concordamos com Sayão, Vaz e Pinto (2001) quando tematizam o corpo e o movimento como possibilidades de produção cultural das crianças. Uma vez que o professor de educação física pode oferecer práticas corporais que levem as crianças a pensar, vivenciar e aprender sobre os diversos saberes que perpassam da educação infantil.

REFERENCIAS

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental, *Referencial Curricular Nacional pra a Educação Infantil*. Vol 1, 2, 3. Brasília: MEC, SEF, 1998.

CALIXTO, Janaina Pimenta. *Nos Meandros da educação Física na Educação Infantil: o direito das crianças versus as decisões políticas de uma Gestão*. Monografia de conclusão do Curso de Educação Física na Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás. Goiânia, 2008.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira & BORGES. Kátia Euclides de Lima e. A Educação Física participando da construção de uma proposta de Educação Infantil. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997. *Anais...Goiânia-GO*, p. 273-281. 1997

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. LINHALES, Meily Assbú & VAGO, Tarcísio Mauro. Propondo caminhos pra a formação profissional: A Educação Física inserida no cotidiano escolar e articulada à formação em serviço de professores da Educação Infantil. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 12, 2001. *Anais...Caxambú-MG*. 2001.

FREITAS, Luis Carlos de. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. 8ª edição Campinas, SP: Papyrus 2006.

GARANHANI, Marynelma Camargo. A Educação Física na escolarização da pequena infância. *Pensar a Prática*, Goiânia-GO, v.5, p.106-122, Jul/Jun. 2001/2002.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MAURER, Clarice Fonseca. Construção das Diretrizes Curriculares para Educação Física no ensino fundamento e na educação infantil da rede municipal de Florianópolis/SC: um processo coletivo. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997. *Anais...Goiânia-GO*, p. 392-396. 1997.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Mundo do Trabalho, formação de professores e conselhos profissionais. In: FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. (Org.). *Formação profissional em educação física e mundo do trabalho*. Vitória/ES: Gráfica da Faculdade Salesiana. p. 11-30. 2005.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de. Educação Física na Educação Infantil: uma questão para debate. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 12, 2001. *Anais...Caxambú-MG*. 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. *Educação Infantil: Ordenamento Legal*. 2002. Disponível em: http://www.fef.ufg.br/?id_pagina=3024&site_id=72 Acessado em 06/01/2009.

- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 39ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10º ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SAYÃO, Deborah Thomé. A Educação Física na pré-escola: principais influências teóricas. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997. *Anais...Goiânia-GO*, p. 594-601. 1997.
- SAYÃO, Deborah Thomé. A hora de... A Educação Física na pré-escola. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997. *Anais...Goiânia-GO*, p. 261-268. 1997
- SAYÃO, Deborah Thomé. Infância, prática de Ensino de Educação Física e Educação Infantil. In: VAZ, Alexandre Fernandez et all (Org.) *Educação do Corpo e Formação de Professores: reflexões sobre a prática de Ensino de Educação Física*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2002.
- SAYÃO, Deborah Thomé. VAZ, Alexandre Fernandez & PINTO, Fábio Machado. A prática de Ensino e a Infância na formação de professores/as de Educação Física. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 12, 2001. *Anais...Caxambú-MG*. 2001.
- SILVA, Eduardo Jorge Souza da. A Educação Física como componente curricular na Educação Infantil: elementos pra uma proposta de ensino. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas-SP, v.26 , nº3 , p. 127-142, maio. 2005.
- SILVA, Dirce Maria Corrêa. AROEIRA, Kalline Pereira & MELLO, André da Silva. O papel do estágio supervisionado no processo de formação inicial do professor de educação física. In: FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. (Org.). *Formação profissional em educação física e mundo do trabalho*. Vitória/ES: Gráfica da Faculdade Salesiana. p. 11-30. 2005.
- SOARES, Fonseca Amanda. Os projetos de ensino e a educação física na educação infantil. In: *Revista Pensar a Prática*. Goiânia-GO, vol. 05, p. 15-38, jul/junh. 2001-2002.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.
- TORRES, Vera Lucia Amaral & ANTÔNIO, Clésio Acilino. *Construção das Diretrizes Pedagógicas para a Educação Física na educação infantil da rede municipal de Florianópolis/SC*. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997. *Anais...Goiânia-GO*, p. 402-407. 1997
- Universidade Federal de Goiás. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Educação Física*. Faculdade de Educação Física. 2005. p. 64. Disponível em < http://www.ufg.br/this2/uploads/files/72/PROPOSTA_FEF2004_ultima_vers2doc_PP_FEF_.pdf.> Acessado em: 08/01/2009.
- Universidade Federal de Goiás. *Resolução 002/2006*. Faculdade de Educação Física 2006. Disponível em: < http://www.fef.ufg.br/?menu_id=1846&pos=esq&site_id=72 > Acesso em: 06/01/2009.
- VÁZQUES, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

Renata Linhares

Especialista em Educação Física Escolar, FEF/UFG. Professora substituta de Didática e Prática de Ensino em 2007 e Estágio Curricular Supervisionado I e II na Faculdade de Educação Física na UFG nos anos de 2008 e 2009. Formação em Educação Física e Psicologia e Especialista em Educação Física Escolar. Professora na Rede Municipal de Ensino de Goiânia desde 2003. <http://lattes.cnpq.br/2737418108870486>

Rua Castro Alves Qd. V-19 lote 14 Vila Rezende. Cep 74335-050. Goiânia – Goiás
e-mail: renataufg@yahoo.com.br

Rosirene Campelo dos Santos

Especialista em Educação Física Escolar, FEF/UFG. Professora substituta de Estágio Curricular Supervisionado I e II na Faculdade de Educação Física na UFG nos anos de 2008 e 2009. Formação em Educação Física e Especialista em Educação Física Escolar. Professora na Rede Estadual de Ensino de Goiânia.
<http://lattes.cnpq.br/3734241386341320>

Rua Maracanã Qd. 03 lote 08 Jardim Vitoria I Cep 74865-190. Goiânia – Goiás
e-mail: rosiedfisica@hotmail.com

Recurso tecnológico necessário para Comunicação Oral: Data Show.